



ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Marco Legal

DECRETO 6.273, de 23 de novembro de 2007

Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.

DECRETO 6.272, de 23 de novembro de 2007

Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006

Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

PORTARIA nº 960, de 10 de dezembro de 2004

Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA

LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (LOSAN)

Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006

**“Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e
Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito
humano à alimentação adequada, e dá outras
providências. ”**

LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (LOSAN)

Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006

Art. 11. Integram o SISAN:

I . a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - indicação ao CONSEA das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional; avaliação do SISAN;

II . o CONSEA, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República

III - a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, integrada por Ministros de Estados e Secretários Especiais;

IV - os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; e

V - as instituições privadas com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 – Art. 11, II

- a) convocar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio;
- b) propor ao Poder Executivo Federal, considerando as deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução;
- c) articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 – Art. 11, II

- d) definir, em regime de colaboração com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, os critérios e procedimentos de adesão ao SISAN;
- e) instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN;
- f) mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de segurança alimentar e nutricional;

O CONSEA é composto por 1/3 de representantes governamentais e 2/3 de representantes da sociedade civil, escolhidos a partir de critérios definidos na Conferência Nacional.

Os Conselheiros são designados por Decreto do Presidente da República, para mandato de dois anos, permitida recondução.



Poderá ocorrer a destituição de conselheiros por:

- I – prática de ato incompatível com a função;**
- II – ausência imotivada a três reuniões consecutivas.**

O CONSEA contará também com convidados permanentes, na condição de observadores, com direito a voz e participação nas instâncias.

A Presidência do Conselho é exercida por um(a) representante da sociedade civil, indicado por seus pares e designado pelo Presidente da República.

A Secretaria do Conselho é exercida pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O MDS fornece o suporte administrativo e técnico para o funcionamento do CONSEA. (em modificação)

Plenárias

As plenárias ocorrem a cada dois meses, ou, excepcionalmente, a cada mês, conforme planejamento anual.

Os temas das Plenárias são definidos previamente, podendo ser revisados ao longo do ano.

Antes de ser submetidos à Plenária, os temas são analisados previamente pelas instâncias, que elaboram propostas e pareceres.

Após aprovação, as propostas são encaminhadas ao Presidente da República

As decisões colegiadas do CONSEA são expressas mediante:

1- RECOMENDAÇÕES

2- RESOLUÇÕES

O CONSEA busca adotar decisões consensuais. Quando não é possível, são apresentadas ao Presidente as posições existentes, devidamente qualificadas.

1. RECOMENDAÇÕES: quando se trata de proposições relativas às políticas e programas do Governo Federal ou à legislação. São dirigidas diretamente ao Presidente da República, por meio de Exposições de Motivos.

Exemplo

RECOMENDAÇÃO CONSEA Nº 002/2007 - *Recomenda a revogação imediata dos dispositivos do Decreto Presidencial nº 5.504, de 05 de agosto de 2005, referentes à obrigatoriedade do uso do pregão nas parcerias com organizações sociedade civil; e a construção de marco legal específico para regular essas relações.*

Plenárias

2. RESOLUÇÕES: quando se tratar de assuntos internos ao CONSEA (criação de Grupos de Trabalho, realização de eventos...) e iniciativas relacionadas aos Conselhos Estaduais e Municipais.

Exemplo

RESOLUÇÃO CONSEA Nº 002/2007 - *Cria a comissão responsável elaborar proposta de representação da sociedade civil que comporá o Consea no mandato 2007-2009*

No presente mandato 2008-2010, o CONSEA conta com as seguintes comissões permanentes

CP1 – Regulamentação e institucionalização do SISAN

CP2 – Seg. Alim. e Nutricional nas estratégias de desenvolvimento

CP3 – Política e Plano de Seg. Alimentar e Nutricional

CP4 – Direito Humano à Alimentação Adequada

CP5 – SAN de Populações Negras e Povos Tradicionais

CP6 – SAN dos povos indígenas

Grupos de Trabalho (diversos)

GT Saúde

GT Monitoramento

GT Orçamento

Grupos de Trabalho – com duração determinada, visando elaboração de uma proposta específica.

Exemplos:

- **Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional)**
- **Projeto de Lei do PNAE**
- **Política Nacional de Abastecimento**
- **Alimentação Adequada e Saudável**
- **Sistema de Monitoramento e Indicadores**

www.presidencia.gov.br/consea

Secretaria-Executiva do CONSEA

Palácio do Planalto, Anexo I, Sala C2

CEP 70.150-900 – Brasília - DF

Tel (61) 3411.2747 – Fax (61) 3411-2301

secret.consea@planalto.gov.br



**Ministério do Desenvolvimento Social
e Combate à Fome**

